

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.005001/2026-35

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, descontaminação e destinação final de lâmpadas fluorescentes e LED usadas geradas no Hospital das Clínicas - UFMG filial Ebserh e seus anexos, conforme condições, quantidades, exigências e estimativa, estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	QUANTIDADE ESTIMADA TRIMESTRAL	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL (24 MESES)
1	Prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, descontaminação e destinação final de lâmpadas fluorescentes e led usadas geradas no Hospital das Clínicas - UFMG filial Ebserh e seus anexos	19380	UN	291	873	7.000
2	Prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, descontaminação e destinação final de lâmpadas fluorescentes e led usadas e/ou quebradas (resíduos químicos Grupo B), gerados no Hospital das Clínicas - UFMG filial Ebserh e seus anexos	19380	KG	12,50	37,50	300

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns).

1.3. O prazo de vigência do contrato será de 24 (meses), podendo ser prorrogada até o limite de 5 anos, conforme art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.

1.4. A quantidade trata-se da estimativa da geração de lâmpadas usadas/inservíveis para os períodos, podendo ou não atingir os valores estimados, consequentemente, o pagamento pelo serviço será realizado pelo volume e quantidade efetivamente coletado, transportado, descontaminado e encaminhado para disposição final.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O HC-UFMG/Ebserh, é um hospital universitário público, geral, de grande porte, classificado como Tipo I da Rede Ebserh, integrado 100% ao Sistema Único de Saúde (SUS) e credenciado para atendimento a todas as suas especialidades, exceto radioterapia. Localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, o HC-UFMG/Ebserh é referência no município, na região metropolitana e no Estado de Minas para a alta e média complexidade, desempenhando um papel estratégico na prestação de serviços de saúde à sociedade, na formação de recursos humanos, no desenvolvimento de pesquisas e na produção e incorporação de novas tecnologias no campo da saúde. A instituição é reconhecida como referência em diversas especialidades e se destaca no tratamento de doenças raras, oncohematológicas, cardiológicas e na realização de transplantes. No âmbito educacional, o HC-UFMG/Ebserh desempenha um papel fundamental na formação de profissionais de saúde, oferecendo infraestrutura para o treinamento prático de alunos da graduação, da pós-graduação da UFMG e de outras instituições públicas de ensino. Além de fornecer cenários de treinamento que promovem a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para a formação em saúde, a instituição também prioriza a humanização do cuidado, a segurança do paciente, a qualidade e a excelência técnica. O HC-UFMG/Ebserh é um dos maiores formadores de recursos humanos na área da saúde no Brasil, com 77 programas de residência que atendem o expressivo número de 580 profissionais. Além disso, a instituição é um importante centro de pesquisa acadêmica, contribuindo com ensaios clínicos multicêntricos e estudos locais, e realizando importantes avanços na inovação tecnológica com impacto nacional e internacional. Assim, o HC-UFMG/Ebserh se consolida como um elo fundamental entre a assistência à saúde, a educação e a pesquisa, com uma contribuição essencial para a saúde pública e o desenvolvimento do conhecimento na área de saúde.

2.2. Por ser uma unidade de alta complexidade com atuação multidisciplinar que conjuga atividades de ensino, pesquisa e assistência gerando, por conseguintes, resíduos específicos com diferentes graus de periculosidade, conforme resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) 358/2005 e RDC 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Os resíduos de serviço de saúde necessitam de manejo e destinação final, especializados, de modo a preservar a integridade física dos pacientes e familiares, servidores, usuários e do meio ambiente.

2.3. A contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição/destinação final de resíduos de serviços de saúde é de extrema importância. A legislação vigente é expressa ao impor a responsabilidade da gestão de resíduos aos estabelecimentos de saúde, como pode ser verificado do art. 3º da Resolução do CONAMA nº 358 de 29/ 04/2005: "Os estabelecimentos de serviços de saúde são responsáveis pelos resíduos que geram e têm a obrigação de gerenciá-los desde sua geração até a disposição final.", bem como o inciso X do art. 7º da Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/90, prevê a integração das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

2.4. Além disso, a falta deste serviço poderia causar impacto relevante na saúde pública e no meio ambiente, além de multas ou até mesmo a interdição da unidade hospitalar. O Hospital das Clínicas da UFMG busca permanentemente vincular a qualidade da assistência à saúde pública com um eficiente gerenciamento de seus resíduos, pois esta ação em defesa do meio ambiente se destina a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

2.5. Até o ano de 2014, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS contemplava todo o Campus Saúde e nele estava incluído o Hospital das Clínicas - HC-UFGM. Com a celebração do contrato com a Ebserh e por demanda da Vigilância Sanitária e Meio Ambiente, o PGRSS teve que ser redefinido, ficando a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem separados do hospital que passou a ter o seu PGRSS separado do Campus Saúde. Consequentemente, o hospital foi excluído da demanda da UFGM em relação à coleta de resíduos.

2.6. Atualmente, a instituição tem contratos celebrados referentes à gestão de resíduos de acordo com a sua classificação. Embora tenhamos contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação /disposição final de resíduos do grupo B (químicos) não está contemplado o recolhimento de lâmpadas, que requer fluxo específico. A última contratação referente à prestação do serviço contínuo de coleta, transporte descontaminação, e destinação final de lâmpada fluorescentes e multivapores usadas e ou queimadas gerados no Hospital das Clínicas – UFGM filial Ebserh foi celebrada através do Contrato nº 394/17, conforme Processo SEI n.º 23072.033568/2016-34, que iniciou em 23 de novembro de 2017 e encerrou em 24 de novembro de 2021. Na época, foi realizada a instrução para a prorrogação contratual, porém, por motivo de problemas com documentação municipal, estadual e no SICAF, o último termo aditivo não foi celebrado. Em fevereiro de 2020, iniciou-se o Programa de Eficiência Energética (PEE) com substituição de lâmpadas ineficientes (defasadas tecnologicamente) por lâmpadas do tipo LED energeticamente eficientes. O projeto terminou em 05 de agosto de 2021. Foram substituídas e descartadas 16.412 (dezesesseis mil, quatrocentas e doze) lâmpadas fluorescentes compactas e tubulares e 7.841 (sete mil, oitocentas e quarenta e um) reatores diversos. Restaram ainda na época, 1.421 (mil quatrocentas e vinte e uma lâmpadas queimadas) que deveriam ter sido recolhidas pela empresa do Contrato nº 394/17. No entanto, depois de inúmeras tentativas de contato para agendamento da coleta, notificação e abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade, a empresa não efetuou a coleta. Até o início de 2025, a empresa responsável pelas manutenções do HC-UFGM/Ebserh assumiu o recolhimento das lâmpadas. Com o novo contrato que iniciou em agosto de 2025, não está previsto tal atividade, o que motivou a elaboração do novo planejamento de contratação específico.

2.7. Diante dessa necessidade, foi instruído o Planejamento de Contratação nº 23537.011087/2025-54, correspondente à Licitação Eletrônica nº 90059/2025, cuja sessão pública ocorreu em 22 de janeiro de 2026, às 10h. Todavia, todas as propostas apresentadas foram desclassificadas, resultando na caracterização de licitação fracassada.

2.8. Após análise da Equipe de Planejamento da Contratação, concluiu-se que a necessidade do serviço permanece pertinente, urgente e imprescindível para garantir a continuidade e segurança das operações institucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução da contratação consiste em realizar os serviços contínuos de coleta, transporte, descontaminação e destinação final de lâmpadas fluorescentes e led usadas e/ou quebradas (resíduos químicos Grupo B), gerados no Hospital das Clínicas – UFGM filial Ebserh.

3.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

3.2.1. A contratada será responsável pela coleta de lâmpadas fluorescentes e led usadas e/ou quebradas, resíduos do tipos B (Químico) e deverá iniciar a execução em 01 de maio de 2026. A coleta deverá ocorrer trimestralmente, ou sob demanda, se necessário, podendo ter coletas extras em caso de emergência ou pandemia, preferencialmente no período da manhã. O cronograma e horário serão definidos na reunião inicial do contrato que será realizada em data anterior ao previsto para o início da execução do serviço. O ponto de coleta será no abrigo final de resíduos localizado próximo à portaria de cargas (P3), com acesso do caminhão pela Avenida Alfredo Balena 190, Campus Saúde da UFGM.

3.2.2. A coleta e o transporte deverão ser feitos de maneira cuidadosa, para que não ocorra ruptura dos bulbos das lâmpadas fluorescentes, e mistas, durante a realização do trabalho. A descontaminação deverá ser realizada com a garantia de que todo mercúrio seja removido dos materiais recicláveis e neste processo todos os vapores de mercúrio deverão ser contidos. Estará sob a responsabilidade da Contratada, o processo que consiste nas operações de remoção, acondicionamento e transporte das lâmpadas, de forma planejada, com o uso de ferramentas específicas, além de veículos específicos, respeitando-se normas, padrões técnicos e legislação pertinente.

3.2.3. No momento da coleta, a contratada deverá medir em unidades as lâmpadas inteiras e em quilogramas as lâmpadas quebradas. A balança para a pesagem será preferencialmente de propriedade da contratante, no entanto, a contratada deverá possuir uma balança em todas as coletas, sem ônus para a contratante, e deverá estar aferida conforme NBR ISO/IEC 17025.

3.2.4. Durante os procedimentos de coleta, a Contratada deverá sinalizar ou até isolar (conforme a necessidade da situação) convenientemente o local, a área ou o equipamento, objetivando a segurança dos seus funcionários, dos servidores da Contratante ou terceiros, adotando todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente durante a execução dos trabalhos.

3.2.5. A contratada deve manter programa de capacitação e educação continuada para todo o pessoal envolvido com a coleta contemplando os seguintes itens: classificação dos resíduos e potencial de riscos dos mesmos, conhecimento da legislação ambiental e de vigilância sanitária relativas aos resíduos, formas de reduzir a geração de resíduos e reutilização de materiais, conhecimento das tarefas e responsabilidades, conhecimento sobre os veículos de coleta, orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), orientações de biossegurança (biológica, química e radiológica), orientações quanto à higiene pessoal e dos ambientes, providências a serem tomadas em caso de acidentes e de situações emergenciais. gerenciamento dos resíduos sólidos do Município de Belo Horizonte, noções básicas de controle de infecção e de contaminação química (item 20 da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional da Vigilância Sanitária, RDC ANVISA nº 222/18, Portaria nº 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial de 06/07/88 (na sua versão atualizada).

3.2.6. Deve cumprir rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria de coletores, garis, motoristas (dissídio, acordo ou termo aditivo), quanto a salários, encargos, prazos para pagamento de pessoal e planilha detalhada de todos os itens, assistência em caso de acidentes, cobertura de vacinação, treinamentos para as equipes pelo menos duas vezes por ano, vacinação de todos os funcionários, exames admissional e demissional, providenciar seguro de seus funcionários contra riscos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. Cumprir rigorosamente, na área de Medicina e Segurança do Trabalho, as determinações da Lei nº 6.514 de 22/12 /77, Portaria nº 3214 de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União de 06/07/88 e suas NR's - Normas Regulamentadoras, oferecendo a seus empregados as garantias e medidas indispensáveis de proteção, segurança e higiene do trabalho. Apresentar comprovante de submissão dos empregados envolvidos com o processo de coleta, transporte e destinação final dos resíduos contratados ao exame médico admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, conforme estabelecido no PCMSO da Portaria 3214 do MTE ou em legislação específica para serviço público. Deve zelar pela segurança de seus próprios empregados e de todos os envolvidos em cada coleta.

3.2.7. A contratada deve cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos resíduos, responsabilizando-se pelo seu acondicionamento após a saída do Complexo Hospitalar/ Campus Saúde da UFGM. Os resíduos deverão ser transportados pela contratada em veículos coletores conforme Portaria nº 115/2002- Norma Técnica Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nº004/2002. Norma Brasileira - NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. a

3.2.8. A contratada deverá disponibilizar caminhão baú e acondicionamento correto para transportar as lâmpadas. Estes recipientes de transporte deverão ser identificados conforme a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - RDC nº 222/18. Deverá utilizar técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e transporte e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as normas vigentes.

3.2.9. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos nem compactação ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente, devendo atender ainda às seguintes especificações:

3.2.10. Ostentar a simbologia para o transporte rodoviário (ver NBR 7500/2013);

3.2.11. Possuir em local visível o nome da municipalidade, o nome da empresa coletora (endereço e telefone), a especificação dos resíduos transportáveis (com o número ou código estabelecido na NBR 10.004) e número do veículo coletor;

3.2.12. Obedecer à Norma ABNT NBR 12.810/1993;

3.2.13. Os veículos deverão portar um conjunto mínimo de equipamentos que serão usados para atender às situações de emergência, acidente ou avaria, contendo materiais para sinalizar e isolar a área de ocorrência, bem como proteger o funcionário, conforme NBR 9735.

3.2.14. Obriga-se a contratada a fornecer à contratante, quando do início da realização do contrato, a relação completa de todos os veículos coletores a serem utilizados para a realização dos serviços, inclusive no que diz respeito à frota de reserva técnica, com a discriminação de placas, número de identificação, ano de fabricação, marca, modelo, capacidade volumétrica e de carga útil tanto com relação aos chassis quanto aos equipamentos dos veículos coletores. Essa relação deverá ser mantida atualizada, sendo substituída, sempre que qualquer alteração for feita na frota eletiva, ou de reserva. O caminhão deve possuir rampa ou sistema mecanizado de carga e descarga para minimizar o esforço ergonômico dos coletores. Ter sistema de acomodação dos resíduos e operar de forma a não permitir o rompimento das caixas. Ter superfícies internas lisas e de cantos arredondados. O veículo utilizado para transporte deve possuir sistema de exaustão com filtros, para retenção dos vapores de mercúrio oriundo de eventuais quebras das lâmpadas. Além disso, as portas do veículo deverão ser mantidas trancadas com cadeado, após o acondicionamento das lâmpadas no mesmo.

3.2.15. A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao acondicionamento e transporte das lâmpadas fluorescentes e LED conforme Norma Brasileira - NBR 12.235 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). A Contratada deverá assumir total responsabilidade pelo transporte interno e externo no Hospital da Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - HC- UFMG/Filial EBSEERH, bem como pela segurança de seus próprios empregados e de terceiros envolvidos na execução do objeto contratado.

3.2.16. A descontaminação deverá ser realizada com a garantia de que todo mercúrio seja removido dos materiais recicláveis e neste processo todos os vapores de mercúrio deverão ser contidos. Estará sob a responsabilidade da Contratada, o processo que consiste nas operações de remoção, acondicionamento e transporte das lâmpadas, de forma planejada, com o uso de ferramentas específicas, além de veículos específicos, respeitando-se normas, padrões técnicos e legislação pertinente. Os serviços de descontaminação devem ser realizados de forma a eliminar todo o vapor de mercúrio contido no interior das lâmpadas fluorescentes.

3.2.17. O vidro, o fosfato, o alumínio e os pinos de latão, obtidos do processo de descontaminação das lâmpadas, deverão ser limpos, devendo obedecer à concentração máxima de mercúrio permitida pela legislação vigente. Esses materiais poderão ser reciclados desde que não sejam utilizados para fabricação de produtos na indústria alimentícia.

3.2.18. O serviço de disposição final descrito no objeto deste estudo deverão ser executados utilizando a disposição em aterro sanitário devidamente licenciado para disposição final de RSS.

3.2.19. A contratada deverá manter dados atualizados no Sistema de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, para posterior emissão do CDF (certificado de destinação final)/Certificado de Destinação e Descontaminação de Lâmpadas (CDDL) referente a cada coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, discriminando os quantitativos, em quilogramas para as lâmpadas quebradas e unidades para as lâmpadas inteiras, contendo a relação de todos os resíduos tratados para cada coleta realizada e apresentar MTR separado para resíduos específicos quando solicitados.

3.2.20. A legislação estadual (COPAM DN 249/24 e Deliberações COPAM 232/19) exige que todo transporte seja rastreado digitalmente. A Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM monitora e fiscaliza tudo via Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos MTR-MG.

3.2.21. De acordo com a Lei 12.305/2010, define-se destinação final ambientalmente adequada como a destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e outros entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

3.2.22. A destinação final ambientalmente adequada deverá ser atestada por meio do Certificado de Destinação Final (CDF)/ Certificado de Destinação e Descontaminação de Lâmpadas (CDDL) de todos os resíduos coletados, conforme a destinação dada para cada categoria de resíduo coletado.

3.2.23. Além dos normativos vigentes, o licitante deverá seguir outras legislações que forem aprovadas e publicadas durante a vigência do contrato. A contratante se compromete a orientar a contratada sobre o sistema de gerenciamento de resíduo adotado internamente na Instituição, na reunião antes do início da execução do contrato e somente após a assinatura do contrato do serviço licitado.

3.3. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

3.3.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A atividade deverá ser desenvolvida por um responsável técnico, devidamente registrado junto ao órgão de classe CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CRQ (Conselho Regional de Química) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), ou outro competente, sendo imprescindível que os responsáveis técnicos possuam registro nos conselhos competentes.

Sustentabilidade

4.2. A contratada deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma contratada por quaisquer penalidades decorrente de sua inobservância.

4.3. Visando a atender a instrução normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 SLTI/MPOG, a empresa contratada deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

4.3.1. Recomendamos priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução dos serviços;

4.3.2. Utilização, quando possível e viável, de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis e preferencialmente, nos veículos para execução dos serviços, o biocombustível;

4.3.3. A utilização de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e transporte das lâmpadas e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as legais vigentes;

4.3.4. A prestação de serviço originários da contratação deverá atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12305/2010), Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares e o retorno de produtos, embalagens ou materiais ao ciclo produtivo, ou a uma destinação final adequada, buscando a sustentabilidade e a redução de impactos ambientais;

4.3.5. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

4.4. Deve considerar o alinhamento com ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) 3, 12 e 13: Saúde e Bem-Estar, Consumo e Produção Sustentáveis, e Ação Contra a Mudança Global do Clima, respectivamente.

Subcontratação

4.5. A Contratada poderá subcontratar parcialmente serviços específicos que compõem o objeto deste contrato/licitação, às suas expensas e riscos, observadas as seguintes condições:

4.5.1. é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

4.5.2. é permitido a subcontratação de até 33, 33 % (trinta e três e trinta e três) do serviço (limite máximo) referindo-se a etapa de destinação final.

4.5.3. as etapas de coleta e transporte, e tratamento devem ser realizadas pela contratada.

4.5.4. a critério exclusivo da Contratada e mediante prévia e expressa autorização da Unidade de Hospitalidade do HC-UFGM/HU Brasil;

4.5.5. a Contratada poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte do serviço, nos termos do art. 158 do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil, até o limite admitido, em cada caso, pela HU Brasil, conforme previsto no edital do certame, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas;

4.5.6. no caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

4.5.7. a assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o HC-UFGM, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

4.5.8. a relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre O HC-UFGM/HU Brasil e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a contratante e a Subcontratada, inclusive no que se refere ao pagamento direto a subcontratada.

4.5.9. a Contratante se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o serviço prestado e pessoal técnico e auxiliar da Empresa Contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição do serviço e de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

4.5.10. somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela Unidade de Hospitalidade, do Hospital das Clínicas da UFGM/HU Brasil, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento.

4.5.11. a Contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal, trabalhista e previdenciária de sua subcontratada, conforme previsto no edital e em seus subitens do Instrumento Convocatório, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

4.5.12. a empresa Contratada compromete-se a substituir a subcontratada, imediatamente, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.5.13. a empresa Contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.5.14. as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores, no caso da hipótese prevista no artigo 48, II, da LC 123/2006.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução

contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentual máximo de 25%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

4.8.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

4.8.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.8.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

4.8.4. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

4.8.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.8.4.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte;

4.8.4.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

4.8.5. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

4.8.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

4.9. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.9.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.9.2. em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da contratação

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos, embora o objeto a ser contratado seja um serviço contínuo e indispensável, não há dedicação de mão de obra exclusiva e tal exigência poderia encarecer o objeto, podendo inclusive diminuir o caráter competitivo do certame.

Vistoria

4.10.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 12h00 e das 14h00min às 16h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (31) 3307-9057 ou (31) 3307-9993 ou pelo e-mail uhosp.hc-ufmg@ebserh.gov.br, com Graycielle Kivian D' Paula Silva, ou outro profissional designado para acompanhamento da vistoria.

4.10.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.4. A visita justifica-se pela necessidade de conhecer a área disponível para utilização e logística do caminhão, transporte e carregamento das cargas, pelo processo de trabalho, considerando a quantidade de lâmpadas encaminhadas e a forma de pesagem em cada coleta (por unidade e por KG).

4.10.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.10.6. O licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, podendo sua realização ser comprovada por:

4.10.6.1. Declaração emitida e assinada pelo servidor responsável, de que conhece as condições locais para execução do objeto e que realizou vistoria no local do evento, conforme modelo do ANEXO I - DECLARAÇÃO DE VISITA/VISTORIA devendo ser anexada juntamente com a documentação no Portal de Compras Governamentais, o qual será acostado aos autos do respectivo processo.

4.10.7. Caso opte por não a realizar, deverá ser apresentada uma declaração emitida e assinada pelo representante legal do licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esta instituição (HC-UFMG/Ebserh), conforme o ANEXO II - DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DA VISTORIA.

4.10.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.2. A execução dos serviços será a partir do dia 01/06/2026.
- 5.3. A contratada será responsável pela coleta, transporte, descontaminação e destinação final de lâmpadas fluorescentes e led usadas e/ou quebradas, resíduos do tipos B (Químico) geradas no Complexo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/Ebserh.
- 5.4. A etapa que refere-se a coleta e o transporte deverão ser feitos de maneira cuidadosa, para que não ocorra ruptura dos bulbos das lâmpadas durante a realização do trabalho. A descontaminação deverá ser realizada com a garantia de que todo mercúrio seja removido dos materiais recicláveis e neste processo todos os vapores de mercúrio deverão ser contidos. O vidro, o fosfato, o alumínio e os pinos de latão, obtidos do processo de descontaminação das lâmpadas, deverão ser limpos, devendo obedecer à concentração máxima de mercúrio permitida pela legislação vigente. Esses materiais poderão ser reciclados desde que não sejam utilizados para fabricação de produtos na indústria alimentícia.
- 5.5. A contratada deverá cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao acondicionamento e transporte das lâmpadas fluorescentes e LED conforme Norma Brasileira - NBR 12.235 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).
- 5.6. A contratada deverá manter dados atualizados no Sistema de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, para posterior emissão do certificado referente a cada coleta, transporte, descontaminação e destinação final das lâmpadas, discriminando os quantitativos, em quilogramas e unidades, dos tipos de lâmpadas para cada coleta realizada e apresentar MTR separado para resíduos específicos quando solicitados.
- 5.7. A destinação final ambientalmente adequada deverá ser atestada por meio do Certificado de Destinação Final (CDF)/Certificado de Destinação e Descontaminação de Lâmpadas (CDDL) de cada coleta, conforme a destinação dada. O serviço de disposição final descrito no objeto deste Termo de Referência deverá ser executado utilizando aterro sanitário devidamente licenciado para disposição final de RSS.
- 5.8. A contratada deverá dispor de mão de obra própria para as operações de carga, devidamente equipada com os Equipamentos de Proteção Individual EPI's necessários para cada grupo de resíduos, Normas Brasileiras NR nº4 Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); Normas Brasileiras NR nº 5 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Normas Brasileiras NR nº 6 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e NR nº 7 Exames Médicos. Os motoristas deverão ter o curso MOPP - Movimentação Operacional de Produtos Perigosos.
- 5.9. Os veículos coletores devem estar licenciados, conforme Portaria nº 115/2002- Norma Técnica Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nº004/2002, Norma Brasileira - NBR 12.235 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018 e normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT.
- 5.10. Os meios de comunicação entre o HC-UFGM/Ebserh e o prestador de serviço serão formal. Para as tarefas rotineiras poderá ser utilizado o meio eletrônico.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.11. O ponto de coleta será no abrigo final de resíduos, localizado próximo à portaria de cargas (P3), com acesso do caminhão pela Avenida Professor Alfredo Balena, nº 190, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG.
- 5.12. A coleta deverá ocorrer trimestralmente, ou sob demanda, se necessário, podendo ter coletas extras em caso de emergência, preferencialmente no período da manhã.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.13. No momento da coleta, a contratada deverá medir em unidades as lâmpadas inteiras e em quilogramas as lâmpadas quebradas. A balança para a pesagem será preferencialmente de propriedade da contratante, no entanto, a contratada deverá possuir uma balança em todas as coletas, sem ônus para a contratante, e deverá estar aferida conforme NBR ISO/IEC 17025.
- 5.14. Durante os procedimentos de coleta, a contratada deverá sinalizar ou até isolar (conforme a necessidade da situação) convenientemente o local, a área ou o equipamento, objetivando a segurança dos envolvidos na coleta.
- 5.15. Os resíduos deverão ser transportados pela contratada em veículos coletores, conforme Portaria nº 115/2002- Norma Técnica Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nº 004/2002, Norma Brasileira - NBR 12.235 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018 e normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT.
- 5.16. Será avaliada a pontualidade do agendamento da coleta.
- 5.17. Será avaliado o desempenho da equipe enviada pela contratada durante o período da coleta.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.18. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.18.1. A contratada deverá disponibilizar caminhão baú e acondicionamento correto para transportar as lâmpadas. Estes recipientes de transporte deverão ser identificados conforme a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - RDC nº 222/18. Deverá utilizar técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e transporte e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as normas vigentes;
- 5.18.1.1. Os recipientes de transporte deverão ser identificados com etiquetas de acordo com o tipo de resíduo;
- 5.18.1.2. O caminhão baú deve possuir rampa ou sistema mecanizado de carga e descarga para minimizar o esforço ergonômico dos coletores. Ter sistema de acomodação dos resíduos e operar de forma a não permitir o rompimento das caixas. Ter superfícies internas lisas e de cantos arredondados. O veículo utilizado para transporte deve possuir sistema de exaustão com filtros, para retenção dos vapores de mercúrio oriundo de eventuais quebras das lâmpadas. Além disso, as portas do veículo deverão ser mantidas trancadas com cadeado, após o acondicionamento das lâmpadas no mesmo;

- 5.18.1.3. O caminhão deverá possuir sirene de ré;
- 5.18.1.4. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente, devendo atender ainda às seguintes especificações:
- 5.18.1.4.1. Possuir em local visível o nome da municipalidade, o nome da empresa coletora, endereço, telefone, a especificação dos resíduos transportados (com o número ou código estabelecido na NBR 10.004) e o número do veículo coletor;
- 5.18.1.4.2. Ostentar a simbologia para o transporte rodoviário (ver NBR 7500/2013);
- 5.18.1.4.3. Obedecer à Norma ABNT NBR 12.810/1993;
- 5.18.1.4.4. Os veículos deverão portar um conjunto mínimo de equipamentos que serão usados para atender às situações de emergência, conforme previsto na Norma ABNT NBR 9735/2023, que estabelece o conjunto mínimo de equipamentos para situações de emergências no transporte terrestre de produtos perigosos, composto pelo equipamento de proteção individual, a ser utilizado pelo condutor e auxiliares envolvidos no transporte, equipamentos para sinalização da área da ocorrência e extintor de incêndio portátil para a carga.
- a) Alicates universais
 - b) 1 chave para desconexão da bateria;
 - c) 1 chave de fenda ou Philips;
 - d) 2 calços de rodas;
 - e) Extintores de incêndio
 - f) Cones de sinalização flexível com faixas refletivas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.19. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.20. A contratada deverá dispor de mão de obra própria para todas as operações de coleta e transporte, não se configurando como dedicação exclusiva de mão-de-obra, a qual deverá estar devidamente treinada e equipada com os Equipamentos de Proteção Individual EPI's necessários para os procedimentos necessários no ponto de coleta.
- 5.20.1. No presente caso, as atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, não havendo, pois, incidência das disposições da Resolução-CA n.º 298/2025.
- 5.21. Tabela do histórico da geração de lâmpadas usadas/inservíveis:

Histórico da geração de lâmpadas Grupo B			
Ano	(UN) Lâmpadas inteiras	(KG) Lâmpadas Quebradas	Observações
2018	9.401	19	lâmpadas fluorescentes e multivapores
2019	2.850	0	lâmpadas fluorescentes e multivapores
2020	4.532	30	lâmpadas fluorescentes e multivapores
2021	3.829	0	lâmpadas fluorescentes e multivapores
2025	792	381,80	lâmpadas fluorescentes e LEDs

Procedimentos de transição e finalização do contrato.

- 5.21.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.
- 6.2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.
- 6.3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 6.5. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação.
- 6.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as regras do Regulamento de Licitações e Contratos das Ebserh, Resolução nº 155 de 28 de abril de 2022, da Ebserh, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.11. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.12. Devido o objeto de execução, não é necessário que o preposto permaneça no local de prestação dos serviços contratados, porém, deve assegurar a correta execução dos serviços e responder pelos mesmos.

6.13. A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.14. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Art. 207, §1º do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0).

Fiscalização Técnica

6.15. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.16. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.17. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.18. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.19. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.20. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.21. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.22. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.22.1. Verificar se o caminhão chegou no horário combinado para coleta e em condições de realizar a coleta;

6.22.2. Se o caminhão tem sirene de ré funcionando;

6.22.3. Se o caminhão trouxe todos os recipientes de acondicionamento e transporte apropriados, higienizados e identificados com etiquetas;

6.22.4. Se o caminhão tem kit segurança para estrada;

6.22.5. Se os profissionais da contratada usam os uniformes e os EPIS necessários;

6.22.6. Conferir o preenchimento da ficha de coleta do dia, comunicar irregularidades à empresa;

6.23. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.24. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, com o art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

Fiscalização Administrativa

6.25. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 209, III, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0).

6.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (art. 209, III, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0).

Gestor do Contrato

6.27. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos

os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.28. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.29. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.30. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.31. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, que serão decididas nas unidades hospitalares pelo Gerente Administrativo, em primeira instância, e pelo Superintendente, em última instância.

6.32. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO III.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. Para os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), através de adequação do pagamento, não será necessário a abertura de Processo Administrativo Sancionador.

7.4. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

7.4.1. a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25%(vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RLCE 3.0;

7.4.2. b) não configure descaracterização do objeto contratado.

7.5. Do recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 214, I do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo de recebimento provisório ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo de Recebimento Provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo de Recebimento Definitivo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.12. A empresa será comunicada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, após o recebimento definitivo do objeto contratual, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Liquidação

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.16.1. o prazo de validade;
- 7.16.2. a data da emissão;
- 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.5. o valor a pagar; e
- 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.25. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de Pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo

contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O modo de disputa será aberto.

Intervalo entre lances

8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 1%.

Regime de execução

8.4. O regime de execução do contrato será por Preço Unitário, sendo utilizado o quilograma (Kg) e unidade (UN) como medição.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. No caso de **sociedade empresária:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

8.14. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da habilitação fiscal, seguridade social e trabalhista são os seguintes:

8.14.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.14.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;

8.15. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.16. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021) ou;
- 8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.18.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.18.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.18.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.18.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.19. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente.
- 8.20. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

- 8.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.21.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.22. Declaração compromissória que apresentará, até o momento da assinatura do contrato, caso vencedora do certame, todas as licenças e as condicionantes (caso tenha), deverá apresentar os documentos que comprove o cumprimento das mesmas determinadas pelo órgão ambiental que licencia. (Protocolo de entrega e avaliação do órgão ambiental que licencia);
- 8.23. Declaração válida de que sagrando-se vencedora do certame, apresentará a comprovação de Licença Ambiental Operacional (LAO) do aterro onde se dará a destinação final de resíduos emitida pelo órgão competente, em plena validade (original ou cópia autenticada), (RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/97 e 358/2005);
- 8.24. Declaração válida de que sagrando-se vencedora do certame, apresentará o registro de responsabilidade técnica do responsável pelo funcionamento do sistema de tratamento térmico, da usina da CONTRATADA, devidamente habilitado no órgão profissional competente (ART), de acordo com a resolução CONAMA nº 306/2004, caso seja aplicado;
- 8.25. Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no respectivo Conselho Profissional competente do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços e que tenham vínculo com a empresa licitante, nos termos do art. 22 da Lei Federal n.º 12.305/2010;
- 8.26. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:
- 8.26.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;
- 8.26.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;
- 8.26.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;
- 8.26.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.
- 8.27. Declaração válida de que sagrando-se vencedora do certame, apresentará o Registro da empresa no respectivo Conselho Regional competente;
- 8.28. Declaração válida de que sagrando-se vencedora do certame, apresentará o Alvará de licença de veículos/equipamentos emitido pelo órgão responsável de limpeza urbana (SLU) para a coleta e o transporte dos resíduos de Belo Horizonte - MG;
- 8.29. Cadastro Técnico Federal, conforme lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000 presidência da casa civil subchefia para assuntos jurídicos;
- 8.30. Declaração compromissória que apresentará até o momento da assinatura do contrato, caso vencedora do certame, a licença de instalação e operação atualizada emitida pelos órgãos ambientais competentes. Caso haja condicionantes apresentar documento que comprove o cumprimento das condicionantes determinadas pelo órgão ambiental que licencia;
- 8.31. Declaração compromissória que apresentará até o momento da assinatura do contrato, caso vencedora do certame, a licença de transporte e autorização estadual e municipal do estado e município que irá receber os resíduos quando for necessário encaminhá-los para outros estados e municípios;
- 8.32. Declaração compromissória que apresentará até o momento da assinatura do contrato, caso vencedora do certame, a licença atualizada para transporte e coleta dos resíduos de acordo com as exigências da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente Resolução - CONAMA nº 358/2005, da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - RDC nº 222 de 29 de março de 2018; Decreto nº 16.509 de 19 de dezembro de 2016 da Prefeitura de Belo Horizonte; Deliberação Normativa nº 97 do Conselho de Políticas Ambientais (DN/97- COPAM), normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT e outras que vier a substituí-las.

8.33. Comprovante de cadastro no Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR conforme Deliberação Normativa COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019.

8.33.1. É obrigatório ser cadastrado na FEAM afim de emitir o MTR e fazer controle de movimentação e destinação de resíduos sólidos e rejeitos recebidos, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019, publicada em 09/03/2019, que entrou em vigor em outubro de 2019. A Deliberação estabelece procedimentos para o controle de movimentação e destinação de resíduos sólidos e rejeitos no estado de Minas Gerais, além de definir os resíduos para os quais a Deliberação não se aplica. A DN também estabelece os resíduos para os quais não se aplica a obrigatoriedade de emissão do MTR e do CDF/CDDL por meio do sistema, mas que devem ser declarados semestralmente por seus destinadores por meio da Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR).

8.34. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 1 ano de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação.

8.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.34.1.1. somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

8.34.1.2. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.34.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.34.3. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte da Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

9.6.3. considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.11. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

9.12. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da

comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 135 do RLCE 3.0;

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.23. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.24. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.27. Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.28. A contratada será responsável pela coleta, que deverá ocorrer a partir do dia 01/03/2026. O ponto de coleta será no abrigo de resíduos próximo à portaria de cargas (P3);

10.29. A contratada deverá medir em quilogramas e unidades os resíduos a serem coletados. A balança para a pesagem será preferencialmente de propriedade da contratante, no entanto, a contratada deverá possuir uma balança em todas as coletas, sem ônus para a contratante, e deverá estar aferida conforme NBR ISO/IEC 17025;

10.30. Os resíduos deverão ser transportados pela contratada em veículos coletores conforme Portaria nº 115/2002- Norma Técnica Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nº004/2002, Norma Brasileira - NBR 12.235 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018 e normas da Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT;

10.31. Será de responsabilidade da contratada a disponibilização dos recipientes para acondicionamento e transporte correto das lâmpadas, em todas as coletas.

10.32. A contratada será responsável pela coleta, transporte, descontaminação e destinação final de todas as lâmpadas coletadas.

10.33. A contratada deverá apresentar comprovação/certificado de tratamento e destinação final de todos os resíduos e ou separados dos demais resíduos, quando solicitados;

10.34. A contratada deverá dispor de mão de obra própria para as operações de carga, devidamente equipada com os Equipamentos de Proteção Individual EPI's necessários para cada grupo de resíduos, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018; Normas Brasileiras NR nº4 Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); Normas Brasileiras NR nº5 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Normas Brasileiras NR nº6 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e NR nº 7 Exames Médicos. Os motoristas deverão ter o curso MOPP - Movimentação Operacional de Produtos Perigosos;

10.35. Manter programa de capacitação e educação continuada para todo o pessoal envolvido com a coleta contemplando os seguintes itens: classificação dos resíduos e potencial de riscos dos mesmos, conhecimento da legislação ambiental e de vigilância sanitária relativas aos resíduos, formas de reduzir a geração de resíduos e reutilização de materiais, conhecimento das tarefas e responsabilidades, conhecimento sobre os veículos de coleta, orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's), orientações de biossegurança (biológica, química e radiológica), orientações quanto à higiene pessoal e dos ambientes, providências a serem tomadas em caso de acidentes e de situações emergenciais, gerenciamento dos resíduos sólidos do Município de Belo Horizonte, noções básicas de controle de infecção e de contaminação química (item 20 da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018, Portaria nº 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial de 06/07/88 (na sua versão atualizada).O caminhão que realiza as coletas deverá ter rampa para minimizar o esforço ergonômico dos coletores, ter sirene de ré, ter o kit de segurança de estrada em condições de uso e os funcionários deverão ter conhecimento do uso;

10.36. A contratada deverá fornecer à contratante, quando do início da realização do contrato, a relação completa de todos os veículos coletores a serem utilizados para a realização dos serviços, inclusive no que diz respeito à frota de reserva técnica, com a discriminação de placas, número de identificação, ano de fabricação, marca, modelo, capacidade volumétrica e de carga útil tanto com relação aos chassis quanto aos equipamentos dos veículos coletores. Essa relação deverá ser mantida atualizada, sendo substituída, sempre que qualquer alteração for feita na frota eletiva, ou de reserva. O caminhão deve possuir rampa ou sistema mecanizado de carga e descarga para minimizar o esforço ergonômico dos coletores. Ter sistema de acomodação dos resíduos e operar de forma a não permitir o rompimento das caixas. Ter superfícies internas lisas e de cantos arredondados, ser estanque para impedir vazamento de líquidos, devendo ter ainda, como segurança adicional, caixa coletora impermeabilizada de líquido perolado com volume adequado para a coleta de resíduo de serviço de saúde.

10.37. Cumprir rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria de coletores, garis, motoristas (dissídio, acordo ou termo aditivo), quanto a salários, encargos, prazos para pagamento de pessoal e planilha detalhada de todos os itens, assistência em caso de acidentes, cobertura de vacinação, treinamentos para as equipes pelo menos duas vezes por ano, vacinação de todos os funcionários, exames admissional e demissional, providenciar seguro de seus funcionários contra riscos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

10.38. Cumprir rigorosamente, na área de Medicina e Segurança do Trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77; Portaria nº 3214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União de 06/07//88 e suas NR's - Normas Regulamentadoras, oferecendo a seus empregados as garantias e medidas indispensáveis de proteção, segurança e higiene do trabalho;

10.39. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos resíduos, responsabilizando-se pelo seu acondicionamento após a saída do Campus Saúde, bem como pela segurança de seus próprios empregados para cada tipo de coleta.

10.40. Apresentar atestado de submissão dos empregados envolvidos com o processo de coleta, transporte, tratamento e encaminhamento final dos resíduos contratados ao exame médico admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, conforme estabelecido no PCMSO da Portaria 3214 do MTE.

10.41. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.42. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.43. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

11. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

11.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a contratada realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da contratante, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.2. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a contratante e a contratada se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

11.2.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

11.2.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s)

proposta(s);

11.2.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

11.2.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

11.2.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

11.2.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

11.2.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

11.3. Especificamente a contratada se compromete ao seguinte:

11.3.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da contratante;

11.3.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela contratante em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a contratante e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

11.3.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

11.3.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD."

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.1.2. **Multa de:**

14.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

14.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual contratado por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.1.2.6. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da fatura, em caso de ruptura do IMR, conforme limites estabelecidos no ANEXO III deste termo de referência.

14.1.2.7. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.2. As sanções previstas nos subitens 14.1.1 e 14.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 14.1.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

14.3. Poderá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

14.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada	01

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 220, § 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH 3.0, as empresas ou profissionais que:

14.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.5.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços;

14.5.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

14.5.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.5.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.5.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.5.9. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.5.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.5.11. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato ou da ata de registro de preços, não celebrar o aditivo de prorrogação.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório

e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no art. 222 do RLCE 3.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis."

14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

14.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. De acordo com o art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

15.2. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

16. RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. As hipóteses de rescisão contratual são aquelas previstas na Lei n.º 13.303/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, neste Termo de Referência, na IN SEGES/MPDG n.º 05/2017, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2026.

17.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

18. ANEXO

18.1. ANEXO I - Declaração de Visita/Vistoria (59010363)

18.2. ANEXO II - Declaração Formal de Dispensa da Vistoria (59010392)

18.3. ANEXO III - Instrumento de Medição de Resultados (IMR) (59010466)

18.4. ANEXO IV - Termo de Recebimento Provisório (59010592)

18.5. ANEXO V - Termo de Recebimento Definitivo (59010618)



Documento assinado eletronicamente por **Graycielle Kivian D Paula Silva, Chefe de Unidade**, em 28/05/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassia Primola Magalhães Buzelin, Assistente Administrativo**, em 28/05/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariangela Fernandes Pato, Enfermeiro(a)**, em 28/05/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rodrigues Ferreira, Superintendente**, em 29/05/2026, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61372273** e o código CRC **E2295BD0**.

Referência: Processo nº 23537.005001/2026-35 SEI nº 61372273